Independência ou Morte (1888), quadro de Pedro Américo, foi encomendado por D.Pedro II para melhorar a imagem da monarquia

Ouviram *mesmo* do Ipiranga?

Muitos mitos se acumulam sobre a História do Brasil. O descobrimento de Cabral, a evangelização dos índios, a chegada da Corte e, claro, todos os causos por trás da Independência. A figura que conhecemos de Dom Pedro I, montado em cima do cavalo e cheio de imponência com a guarda à sua volta, está bem distante da realidade. O ato nem se quer aconteceu tão às margens do Ipiranga. Na verdade, o emblemático quadro encomendado por Dom Pedro II revelou a majestade do Imperador, mas a verdade foi bem diferente…

Para os curiosos, tudo indica que o príncipe estava com um desconforto intestinal – a famosa dor de barriga – e o grito aconteceu do alto de uma colina.

Nesta edição de ***A Verdade Por Trás da História do Brasil Especial***, refizemos o caminho até a Independência e convidamos você a nos acompanhar!

Carol Firmino

CAPA
Produção gráfica
Ana Paula Maldonado e Neto Otávio Mattiazzo
Imagens
Wikimedia Commons

ÍNDICE

CONTEXTO

DA FUGA AO GRITO

O processo que deu início ao movimento de emancipação foi impulsionado pela chegada da Família Real ao Brasil, que desagradou brasileiros e portugueses

TEXTO E ENTREVISTA Érica Aguiar *DESIGN* Lídia Pardini/Colaboradora

> **Os novos hóspedes pouco se interessavam pela prosperidade do país: consideravam temporária a sua ausência de Portugal e se propunham mais a enriquecer às custas do Estado"**
>
> João Armitage, livro **História do Brazil**

Sob o governo de Napoleão Bonaparte, o Império Francês atingiu seu auge. A localidade já abrigava um terço da população europeia, mas o desejo de conquistar novos territórios continuava vivo. Visando o crescimento econômico, em 1805, os franceses atacaram a Inglaterra, mas foram derrotados pela marinha inglesa na Batalha de Trafalgar. Eis que surge, no ano seguinte, a ideia de organizar um Bloqueio Continental, em que todos os países europeus seriam proibidos de fazer comércio com a "Rainha dos Mares". O intuito de Napoleão era prejudicar as exportações inglesas e provocar uma crise industrial. A única coisa com a qual não contava era a indecisão de Portugal.

Fuga planejada

O país tinha a Inglaterra como principal parceiro comercial e decidiu não aderir à barreira. Bonaparte reagiu com veemência e planejou a invasão do território português, mas foi surpreendido com a fuga de toda a Corte para o Brasil. Aproximadamente 15 mil pessoas foram transportadas, entre membros do governo, nobres, comerciantes ricos e juízes.

"O Brasil foi a localidade selecionada por ser justamente aquela que economicamente era mais representativa para os negócios portugueses. Havia, também, é claro, interesses ingleses relacionados à obtenção de produtos brasileiros diretamente na fonte e não mais por meio de um intermediário, a metrópole portuguesa. Apesar de contar com colônias na África e na Ásia, o Brasil foi o destino escolhido sem que outras alternativas viessem a ser cotadas de forma mais séria e consistente", explica João Luis de Almeida Machado, professor de História e coordenador do Sistema de Ensino Poliedro.

Antes mesmo de a Corte desembarcar em terras brasileiras (7 de março de 1808), em 28 de janeiro, os portos nacionais foram abertos às nações estrangeiras, mas o principal interesse era beneficiar a Inglaterra. "O tratado determinava que as exportações inglesas entrariam no Brasil com alíquota de 15% de seu valor, enquanto as portuguesas pagariam 16% e outros países, 24%. O Brasil logo se viu 'atolado' pelos mais variados produtos trazidos pelos navios ingleses", explica Norberto Ribeiro Torres Junior, professor de História do Colégio Mater Dei.

Desagrados

Apesar de conseguir escapar da ameaça francesa, a Família Real teve que abrigar diversos aventureiros e "necessitados" que acompanharam a viagem. "Os novos hóspedes pouco se interessavam pela prosperidade do país: consideravam temporária a sua ausência de Portugal e se propunham mais a enriquecer às custas do Estado do que administrar justiça ou a beneficiar o público", relata João Armitage no livro *História do Brazil, desde a chegada da Família de Bragança, em 1808, até a abdicação do Imperador D. Pedro I em 1831.* Devido ainda à extravagância da Corte, as despesas aumentaram e os salários dos empregados públicos começaram a atrasar, aflorando o descontentamento da população.

Mas a situação não desagradou apenas os brasileiros. Em Portugal, a abertura dos portos foi vista como prejudicial, pois a população acreditava que o comércio e a produção industrial teriam diminuído devido à mudança e havia ainda um "ciúme" acerca da categoria de Reino alcançada pelo Brasil.

Dessa maneira, surge no Porto, no dia 4 de agosto de 1820, um movimento insurgente, apoiado pelos militares e, em seguida, também pelo clero, pela nobreza e por pessoas comuns. Em setembro, foi a vez de Lisboa. Devido à agitação, uma sessão geral é agendada para janeiro de 1821. Seu primeiro ato foi a publicação de um manifesto dirigido aos portugueses, ressaltando os infortúnios da mudança da Família Real para o Rio de Janeiro e o prejuízo do comércio. Como medida, queriam o retorno da Corte e a restauração do Pacto Colonial.

Conflito pela emancipação

No Brasil, a última revolta em prol da Independência teve início em 1817 em Pernambuco, a capitania mais rica do período, e territórios adjacentes. Após uma forte seca no ano anterior, a província atravessou uma crise econômica e ainda nutria "raiva" pela Corte devido à cobrança de altos impostos para sustentar os hábitos luxuosos no Rio de Janeiro. Além disso, funcionários públicos – inclusive militares – perderam seus empregos para dar lugar aos imigrantes portugueses. A cada dia, os pensamentos liberais se faziam mais presentes em território nacional.

A Revolução Pernambucana – liderada por Domingos José Martins – defendia ainda a ideia de uma República com ampla liberdade de imprensa. No entanto, a questão abolicionista foi deixada de lado, pois o movimento sabia que só assim conquistaria o apoio dos senhores de engenho. No entanto, membros da Igreja, como os padres João Ribeiro, Miguelinho e frei Caneca, também aderiram à revolta que durou 75 dias.

Em 29 de março de 1817, o grupo se apossou do tesouro, proclamou a república e convocou uma assembleia constituinte. Separou, então, os três poderes, decretou a liberdade de imprensa, aboliu alguns impostos, manteve a escravidão e o Catolicismo, porém, com algumas diferenças. As missas, agora, tinham hóstias à base de mandioca e o vinho foi substituído pela aguardente.

Mas qual Rei deixaria essa situação barata? Não Dom João VI. Houve uma repressão sangrenta, com ataques a partir do território baiano aliados ao bloqueio do porto de Recife e o isolamento do governo recém-criado. Como consequência, pessoas foram enforcadas, assassinadas a tiros, mutiladas e decepadas.

Somente a comarca de Alagoas se beneficiou com o conflito. Por ter se mantido fiel à Coroa, foi autorizada a formar uma capitania autônoma e a se separar da província de Pernambuco.

Na capital

Porém, poucos anos depois, o Rei teria que enfrentar outros problemas: "Quando a notícia da Revolução do Porto chegou ao Brasil, foi recebida com entusiasmo tanto pelos liberais brasileiros que secretamente se reuniam nas Lojas Maçônicas quanto pelas tropas portuguesas aqui estacionadas. Esses grupos iniciaram um movimento para pressionar D. João VI a se submeter aos revolucionários", relata a historiadora Isabel Lustosa no livro *Perfis Brasileiros: Dom Pedro I*.

A primeira alternativa real foi mandar seu herdeiro a Portugal, mas havia uma desconfiança sobre perder o trono, já que as ideias liberais de Pedro se manifestavam com mais clareza a cada dia. Por isso, decidiu por manter Leopoldina – grávida de oito meses – no Brasil, como uma forma de evitar o filho de ficar definitivamente em território português e surrupiar o trono. Porém, a princesa se rebelou e temeu as possíveis intrigas que surgiriam devido ao comportamento do marido. Ela inclusive chegou a solicitar um empréstimo para um agente alemão visando providenciar uma embarcação com condições que permitissem fazer um parto a bordo. No entanto, à esta altura, Pedro já havia perdido a vontade de embarcar.

As movimentações políticas fizeram com que D. João VI jurasse as bases da Constituição portuguesa e nomeasse 12 ministros. Pouco tempo depois, em 7 de março de 1821, um novo ofício chegou ao país, determinando a volta do Rei para Lisboa. Logo, definiu-se a data de partida e D. Pedro se tornou regente do Reino do Brasil. Ao final do mês seguinte, recebeu o direito de conferir cargos, postos, condecorações, autorizar guerras e admitir tréguas.

Dia do Fico

Antes do retorno de parte da Família Real, havia rumores sobre a vontade dos brasileiros em declarar a Independência e aclamar Pedro como Rei ou Imperador do Brasil. Porém, por pressão militar portuguesa, ele se declarou fiel às Cortes e assumiu o compromisso de não ceder às vontades dos "perturbadores da ordem". No entanto, a princesa Leopoldina tinha uma visão mais ampla da situação e agiu em prol da permanência do marido. Em sua opinião, a existência da Corte no Brasil seria o único cami-

O QUE PEDRO QUERIA?

A literatura ressalta que o futuro imperador tinha opiniões oscilantes. Por isso, é difícil afirmar se ele desejava a Independência ou não. "O que se pode fazer, nesse sentido, é analisar a documentação. Em uma carta escrita ao seu pai, Pedro justificava seu ato e declarava que era melhor ser proclamada a independência por um membro da família real portuguesa do que 'abrir mão' da antiga colônia. De certa forma, isso revela como o primeiro Imperador do país foi um grande estrategista: declarou a independência dos domínios lusitanos no Brasil, conseguiu assegurar a unidade territorial e a manutenção de estruturas produtivas coloniais e manteve o poder nas mãos de um membro da família real portuguesa", explica Alice Martins Pace, professora de História do Colégio EMECE.

"Torno a protestar às cortes e a Vossa Majestade que – só a força será capaz de me fazer faltar ao meu dever, o que será o mais sensível neste mundo. Concluo dizendo: sou fiel e honrado"

Carta de D. Pedro a seu pai, de 15 dezembro de 1821

nho possível para a preservação da monarquia portuguesa.

Um movimento surgiu para evitar a partida e um manifesto, de 29 de dezembro de 1821, recolheu mais de oito mil assinaturas pela permanência. No entanto, a resposta de Dom Pedro, em 11 de janeiro de 1822, ainda ressaltava sua indecisão: "Convencido de que a presença da minha pessoa no Brasil interessa ao bem de toda a nação portuguesa e conhecendo que a vontade de algumas províncias assim o requer, demorarei a minha saída, até que as Cortes e meu augusto pai e senhor deliberem a este respeito com perfeito conhecimento das circunstâncias que têm ocorrido". No entanto, o edital foi retificado no Senado e disponibilizado da seguinte maneira: "Como é para o bem de todos e felicidade geral da nação, estou pronto: diga ao povo que fico". Estabeleceu-se, assim, o Dia do Fico.

Processo de independência

Em 18 de janeiro de 1822, José Bonifácio de Andrada e Silva (leia mais na página 22) assumiu o Ministério do Reino e Estrangeiros. Leopoldina era uma das mais ansiosas pela presença do cientista. Suas ideias políticas combinavam e ele parecia ter um projeto claro para o país, sendo capaz de influenciar o príncipe. E, de fato, os dois tinham temperamentos parecidos e se deram bem.

IMAGEM Wikimedia Commons, Getty Images, Reprodução

(3)

CARTAS, E MAIS PEÇAS OFFICIAES
DIRIGIDAS A S. MAGESTADE O SENHOR
D. JOÃO VI
PELO PRINCIPE REAL O SENHOR
D. PEDRO DE ALCANTARA.

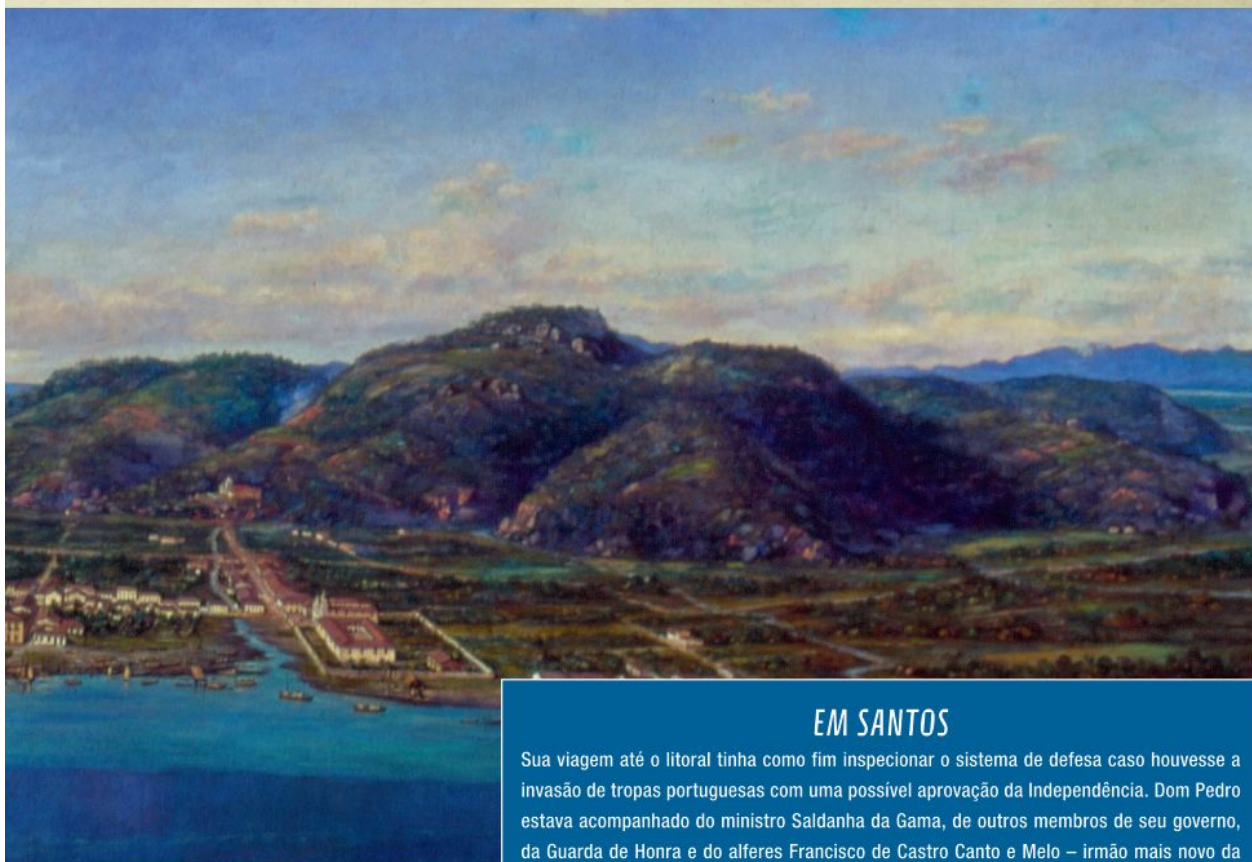
N.° 1.

Rio de Janeiro 8 de Junho de 1821.

Meu Senhor, e Meu Pai = Tendo eu procurado satisfazer aos Vassallos de V. Mag naturaes deste Paiz, como V. Mag. póde calcular pelos papeis que tive a honra de remetter a V. Mag; e igualmente tendo-o alcançado de todo, so o não pude alcançar de alguns Officiaes de N.° 3, que se tem portado mui mal, assentando que a Constituição he, e deve ser proclamada á força armada (estes são João Chrisostomo, Peixoto, o Capitão Sá, o Garcez, e José Maria de 11) a pontos de peitarem os Soldados para fazerem jurar as bazes Constitucionaes Portuguezas, ou por bem, ou por mal não tendo eu nada contra isso, mas so por fazerem o acto seu, o que as Cortes seguramente reprovarão porque eu hia caminhando como se prova dos papeis todos feitos para antecipar os bens da Constituição muito mais tendo dito as Cortes, que as bazes não regerião no Brazil sem pelos seus Deputados ser expressa a sua vontade que seguramente será a mesma.

Seu irmão – Antônio Carlos Ribeiro de Andrada – apresentou nas Cortes de Lisboa o projeto Lembranças e apontamentos do governo provisório para os senhores deputados da província de São Paulo, redigido por Bonifácio. O texto deixava clara a criação de um governo geral executivo no Brasil, cujas províncias estariam sujeitas às limitações propostas. Porém, cada um trataria – como bem entendesse – de seus negócios internos. Ele ainda falava sobre a demarcação de fronteiras, a transferência da capital para o interior do país visando o povoamento, a criação de colégios e universidades, e a modernização agrícola e mineradora. "Mais importante que tudo, no entanto, é que seu projeto já incluía a abolição do tráfico de escravos e aconselhava que fosse extinta, o quanto antes, a escravidão", destaca Isabel Lustosa em seu livro.

No entanto, Bonifácio era claramente contra a convocação de uma Assembleia Constituinte. Ele preferia que Dom Pedro formulasse uma Constituição para o Brasil. Desconfiados do posicionamento ambíguo do futuro Imperador e da influência de Bonifácio, os membros da Maçonaria começaram a recolher assinaturas em prol da convocação da Constituinte. Em pouco tempo, conseguiram apoio considerável.

Uma parte da historiografia defende que a ideia da Independência foi sugerida pelo próprio Dom João VI e por Bonifácio, mas com propósitos e interesses diferentes. Isso porque, em maio de 1822, ele escreve uma carta ao pai dizendo que o povo tinha razão e as leis não reconheciam as necessidades dos brasileiros, sendo pouco capazes de beneficiá-los. Depois, em 3 de junho, um decreto é expedido convocando eleições para a Assembleia Geral Legislativa e Constituinte do Brasil.

EM SANTOS

Sua viagem até o litoral tinha como fim inspecionar o sistema de defesa caso houvesse a invasão de tropas portuguesas com uma possível aprovação da Independência. Dom Pedro estava acompanhado do ministro Saldanha da Gama, de outros membros de seu governo, da Guarda de Honra e do alferes Francisco de Castro Canto e Melo – irmão mais novo da Marquesa de Santos, sua amante mais conhecida.

Na vila, foi recepcionado com festa por diversas autoridades. Pedro e sua comitiva percorreram algumas ruas enfeitadas com flores e folhagens. As tropas trajavam uniforme de gala e a Banda Musical do Batalhão de Caçadores foi chamada para tocar.

IMAGEM Wikimedia Commons, Getty Images

Ausência

Pouco antes da Declaração, duas grandes forças paulistas estavam em desavença: os Andrada (José Bonifácio e Martim Francisco Ribeiro de Andrada) e Francisco Inácio de Sousa Queirós ao lado de João Carlos Augusto de Oeynhausen, presidente da junta de governo paulista. O motivo? A divisão de poder na província.

Para resolver o conflito, Dom Pedro convocou os dois últimos a comparecerem ao Rio de Janeiro. Porém, na ausência, Martim assumiria a junta, o que muito os desagradou. Então, eles impedem a saída de Oeynhausen e, com isso, José Bonifácio faz com que o futuro Imperador tome partido e ordena a extinção da primeira junta. Dessa maneira, se dirige a São Paulo, em agosto de 1822, para acalmar os ânimos paulistas e também para reforçar sua autoridade.

Na véspera de sua partida, institui Leopoldina como regente provisória e permanece em São Paulo até 5 de setembro, quando segue para Santos. Às quatro horas da tarde do dia 7, já na altura da colina do Ipiranga, recebe mensagens urgentes de Bonifácio e sua esposa.

CONSULTORIA
Alice Martins Pace, professora de História do Colégio EMECE; João Luis de Almeida, professor de história e coordenador do Sistema de Ensino Poliedro; Norberto Ribeiro Torres Junior, professor de História do colégio Mater Dei.

FONTES
Artigo *Por pouco Santos não é o palco da Independência do Brasil*, de Sergio Willians;
Livros *Perfis brasileiros: D. Pedro I*, de Isabel Lustosa; *História do Brazil, desde a chegada da Família de Bragança, em 1808, até a abdicação do Imperador D. Pedro I em 1831*, de João Armitage.

UM BRADO NEM TÃO RETUMBANTE ASSIM

Embora seja importante no processo de independência, o famoso grito às margens do rio Ipiranga é envolto por mitos e exageros

TEXTO E PESQUISA **Bruno Ribeiro** DESIGN **Rafael Nakaoka**

Do alto de um cavalo, no ponto mais elevado da colina do rio Ipiranga, com a espada desembainhada e apontada para o céu, Dom Pedro brada "Independência ou Morte!". Embora não conste exatamente assim nos manuais de História, a célebre descrição do ato de 7 de setembro reside no imaginário comum como um dos episódios mais emblemáticos da biografia brasileira – muito por conta do quadro com contornos épicos produzido por Pedro Américo, pela majestosa iconografia do Parque do Ipiranga, na cidade de São Paulo, ou mesmo pelos versos inaugurais do nosso hino.

IMAGENS Wikimedia Commons

SÍMBOLO

O próprio Pedro Américo admitiu que havia "mudado alguns elementos" para compor a cena. A obra foi encomendada por D. Pedro II, no ano de 1888, diante da crise da monarquia para exaltar o momento histórico – mesmo que, para isso, muito tenha sido criado. "Há muita fantasia no quadro que retrata o grito de independência. Sabe-se que Pedro Américo teve como fonte de inspiração Jean-Louis Meissonier, artista francês que retratou em sua obra a vitória de Napoleão na batalha de Friedland. Indiscutivelmente, o quadro que remete à cena brasileira representa o maior símbolo de nossa ruptura política com Portugal", afirma Luciano Gomes dos Santos, professor de Antropologia, Filosofia e Ciências Sociais da Faculdade Arnaldo Janssen.

E não é pra menos. De acordo com o artigo *Ensino da História e Identidade Nacional: Desmontando o século XIX*, publicado pelo historiador Jaime Francisco P. Cordeiro, "o século XIX é um período essencial no ensino de História do Brasil, efetivado nas escolas de primeiro e segundo grau. Portanto, a temática da construção da unidade nacional, que se expressa no ensino mediante a articulação entre momentos históricos tidos como decisivos (independência, abolição, república), acaba construindo uma referência de identidade para a 'nossa História' ensinada: é como se o Brasil – todo indivisível e eterno – encontrasse, ali, a sua verdadeira expressão, a sua completude", argumenta o especialista.

De fato, o grito de Dom Pedro passou longe de ecoar pelos rincões tupiniquins. Mais do que isso, na verdade: o futuro Imperador hesitou quando o destino cruzou seu caminho em circunstâncias desconfortáveis e totalmente desprovidas de glamour.

O ato

A modesta comitiva do então príncipe regente saiu de Santos sincronizada com o nascer do sol. Acompanhavam D. Pedro o coronel Marcondes, o padre Belchior, o secretário itinerante Luís Saldanha da Gama (futuro marquês de Taubaté), o amigo e polivalente Francisco Gomes da Silva e os criados particulares João Carlota e João Carvalho – todos montados em mulas fortes e confiáveis, mas nem de perto de lembrarem os pomposos alazões reais.

Porém, ao subir a serra do Mar, o grande problema que acometia Dom Pedro era físico: ele estava com dor de barriga. De acordo com o jornalista e historiador Laurentino Gomes, autor do livro *1822*, acredita-se que tenha sido algum alimento malconservado ingerido no dia anterior, ou ainda a água contaminada das bicas e chafarizes que abasteciam a tropa no litoral.

"Testemunha dos acontecimentos, o coronel Manuel Marcondes de Oliveira Melo, subcomandante da guarda de honra e futuro barão de Pindamonhangaba, usou em suas memórias um eufemismo para descrever a situação do príncipe. Segundo ele, a intervalos regulares, D. Pedro se via obrigado a apear do animal que o transportava para 'prover-se' no denso matagal que cobria as margens da estrada", narra Laurentino no primeiro capítulo de sua obra.

Foi, portanto, como um simples tropeiro, coberto pela lama e a poeira do caminho, contornando as dificuldades intestinais, que D. Pedro proclamou a Independência do Brasil.

CHALAÇA

Filho bastardo do Barão de Vila Nova da Rainha, Francisco Gomes da Silva foi um dos 15 mil lusitanos que desembarcaram no Rio de Janeiro em março de 1808, na famosa fuga da corte portuguesa. Em terras tupiniquins, as noitadas boêmias e desordeiras o levaram a um bom relacionamento dentro da rede de intrigas e espionagens que havia entre os cortesãos. Assim, logo tornou-se o grande camarada do então príncipe Dom Pedro, que encontrou em Chalaça o companheiro ideal para farras e escapadas noturnas.

A vida amorosa e sexual do futuro Imperador era agitada. Não à toa, estima-se que entre naturais e bastardos, D. Pedro seria pai de 18 filhos – mas o número pode ser muito maior! E, quase sempre, quem escolhia as donzelas e articulava os encontros era justamente Chalaça, que além de alcoviteiro, atuava como intermediário de negociações suspeitas e conselheiro político.

Não foram em cavalos azalões que Dom Pedro e sua comitiva subiram a Serra do Mar, mas sim em mulas de carga

A carta de Leopoldina a Dom Pedro terminava com uma frase que não deixava dúvidas sobre a decisão a ser tomada: "Senhor, o pomo está maduro, colhe-o já!"

A "colheita do pomo"

Como já sabemos, Dom Pedro instituíra Leopoldina como regente provisória na véspera de sua partida. Encarregada de presidir as reuniões do ministério na ausência do marido, ela tratou de enviar mensageiros da corte do Rio de Janeiro para dar um recado urgente. Assim, Paulo Bregaro, oficial do Supremo Tribunal Militar, e o major Antônio Ramos Cordeiro, percorreram cerca de 500km em cinco dias, praticamente sem dormir.

A correspondência recomendava que o príncipe acatasse os conselhos de José Bonifácio. Afinal, as informações vindas de Lisboa davam conta do embarque de 7.100 soldados, os quais, somados aos seiscentos que já tinham chegado à Bahia, tentariam atacar o Rio de Janeiro e esmagar os partidários da independência. Em outras palavras, ou Dom Pedro fazia-se Imperador do Brasil ou prisioneiro das cortes de Portugal – onde já se encontrava seu pai Dom João VI. Não à toa, a carta de Leopoldina terminava com uma frase que não deixava dúvida sobre a decisão a ser tomada: "Senhor, o pomo está maduro, colhe-o já!"

De acordo com os registros testemunhais de Padre Belchior, o príncipe regente tremeu de raiva, amarrotou os papéis e os jogou no chão. Na sequência, ele narra o diálogo: "Virou-se para mim e disse: 'E agora, padre Belchior?' Eu respondi prontamente: 'Se Vossa Alteza não se faz rei do Brasil será prisioneiro das cortes e, talvez, deserdado por elas. Não há outro caminho senão a independência e a separação'. D. Pedro caminhou alguns passos, silenciosamente. De repente, estacou já no meio da estrada, dizendo-me: 'Padre Belchior, eles o querem, eles terão a sua conta. As cortes me perseguem, chamam-me com desprezo de rapazinho e de brasileiro. Pois verão agora quanto vale o rapazinho. De hoje em diante estão quebradas as nossas relações. Nada mais quero com o governo português e proclamo o Brasil, para sempre, separado de Portugal'".

De acordo com Laurentino Gomes, o famoso grito aparece num outro relato, do alferes Canto e Melo, registrado bem mais tarde, quando o acontecimento já havia entrado para o panteão dos momentos épicos nacionais, conforme explica no livro *1822*. "A versão do alferes, de tom obviamente militar, mostra um príncipe resoluto e determinado. Por ela, D. Pedro teria lido a correspondência e, "após um momento de reflexão", teria explodido, sem pestanejar: 'É tempo! Independência ou morte! Estamos separados de Portugal!'"

A viagem de volta naquele dia ainda guardava cerca de 5km. Quando chegou a São Paulo, Dom Pedro se recolheu no Palácio dos Governadores para repousar. Além da bagagem, trazia nas entranhas os resquícios dos problemas intestinais e, nos ombros, o peso de transformar o Brasil, de fato, numa nação independente.

IMAGENS GettyPremium.com

FONTES
Livro *1822*, de Laurentino Gomes;
Livro *História do Brasil: Uma Interpretação*, de Adriana Lopez e Carlos Guilherme Mota

CONSULTORIA
Luciano Gomes dos Santos, professor de Antropologia, Filosofia e Ciências Sociais da Faculdade Arnaldo Janssen.

UM NOVO PERÍODO DA HISTÓRIA

O reconhecimento da Independência do Brasil não foi imediato em território nacional e nem fora dele

TEXTO E ENTREVISTA Érica Aguiar *DESIGN* Ana Paula Maldonado

As primeiras informações sobre a solenidade de coroação de Dom Pedro I surgiram no final de setembro em 1822, mas o evento somente aconteceu em 1º de dezembro – data conhecida como o início da dinastia de Bragança devido ao fim do reinado da Coroa Espanhola sobre Portugal no século XVII.

Porém, o evento brasileiro foi diferente de tudo que a Família Real já havia presenciado. Era a primeira vez que um rei português seria consagrado pela Igreja Católica, e suas vestimentas e objetos, na cerimônia, pouco se assemelhavam com os utilizados por Dom João VI.

Formalidade

A pintura de Jean-Baptiste Debret sobre o evento retrata um pouco do que foi a coroação. É possível notar o luxo de Dom Pedro ao observar que segurava uma vara oca e lisa, ornamentada com um capitel em forma de sino invertido estilizado e uma serpe (semelhante a um dragão) com a cauda virada para cima e a boca aberta, de onde saía a língua do animal.

As cores de seu manto eram verde – representando a Casa de Bragança – e amarelo – da Casa de Habsburgo, de Dona Leopoldina. Porém, sob o tecido volumoso, o Imperador vestia o uniforme militar, com botas de montaria. De acordo com as interpretações mais recorrentes, era uma forma de demonstrar a autoridade política, defendendo o país como um soldado.

No artigo *O império da lei: ensaio sobre o cerimonial de sagração de D. Pedro I (1822)*, Eduardo Romero de Oliveira explica que as duas imagens eram uma maneira de mostrar o Imperador como autoridade. "A conjunção destas duas caracterizações virá com a designação de D. Pedro como o 'eleito': aquele que os céus concederam ao Brasil, para sua glória, mas também que 'o povo descobriu na pessoa do monarca a garantia de sua fortuna' – tal qual o Rei Salomão, conforme a passagem bíblica comentada no sermão de Frei Sampaio. Esta fundamentação teleológica permitiria identificar nele o 'augusto representante da nação", escreve.

Apesar do cerimonial alegre e da ideia transmitida, organizar o país não seria uma tarefa fácil para o novo governante, principalmente ao garantir a emancipação de Portugal e unificar o território.

Movimento nada pacífico

"A notícia da Independência demorou alguns meses para atingir todo o território nacional, e a receptividade à nova situação política do país não foi pacífica em todas as localidade, tendo em vista o interesse de grupos vigentes em cada região", explica João Luis de Almeida Machado, professor de História e coordenador do Sistema de Ensino Poliedro.

Por aqui, diversos conflitos e derramamento de sangue ocorreram – o que costuma ser comum, como lembra João Luis, quando falamos sobre momentos da História em que grupos de interesse são afetados pelas alterações sociais, políticas e econômicas.

Dom Pedro I precisou reagir com rapidez para expulsar tropas de Portugal que viviam no Brasil e desejavam restaurar o status de colônia. Mas não era apenas isso! Existia o antagonismo de comerciantes e funcionários públicos portugueses que permaneceram no território mesmo após o retorno de Dom João VI. Para o amplo poder do novo Imperador ser estabelecido, era necessário conter os "focos de incêndio" que poderiam surgir.

As manifestações – também conhecidas como guerras de independência – apareceram intensamente no Pará, Bahia, Maranhão, Piauí e Cisplatina (atualmente, Uruguai). O Brasil não possuía um Exército Nacional para lidar diretamente com os insurgente, então, milícias se organizaram e militares franceses e ingleses foram contratados para combater os resistentes, como é o caso de Lord Cochrane (leia mais na página 22), o capitão de fragata João Taylor e o militar francês Pierre Labatut. Este último foi responsável por organizar o Exército Pacificador e é lembrado pela vitória sobre os portugueses na Batalha de Pirajá, ocorrida na província da Bahia em novembro de 1822. Para alguns pesquisadores, o embate foi decisivo para consolidar a independência brasileira.

CRIAÇÃO REAL

No mesmo dia da coroação, Dom Pedro I criou a Ordem Imperial do Cruzeiro do Sul, como símbolo de seu poder imperial. O nome foi escolhido mediante a posição geográfica privilegiada que permitia observar por completo a constelação de mesmo nome em território brasileiro. Foi utilizada, posteriormente, para premiar brasileiros e estrangeiros.

Assim, fica claro que sem a ajuda estrangeira, garantir a emancipação do Brasil seria um processo penoso até 1825. "O que, de certa forma, amainou os ânimos dos portugueses contrários à Independência foram as pressões da Inglaterra em favor da emancipação política brasileira e o perdão de dívidas lusas ou o repasse das mesmas para os brasileiros", pontua João Luis de Almeida.

Um Estado quebrado

Para garantir sua soberania, Dom Pedro I precisou comprar navios de guerra, elevar impostos e utilizar doações de brasileiros para os conflitos. Afinal, quando partiu, Dom João VI levou consigo o ouro garimpado por aqui e uma quantia de dinheiro considerável, o que deixou o Brasil em maus lençóis financeiros. Mas havia algo ainda pior: a nota promissória assinada por Portugal para ter acesso a 13 navios escoltados por 25 embarcações que trouxeram a Corte Portuguesa ao território brasileiro.

Já em 1824, a Inglaterra reconhecia a independência, mas não formalmente. Isso porque o Brasil era seu terceiro mercado externo e os ingleses desejavam que a nova nação extinguisse o tráfico de escravos. Assim, agiram como mediadores para o reconhecimento por parte de Portugal. "Isso ocorreu em agosto de 1825, por um tratado em que o Brasil concordou em compensar a metrópole em dois milhões de libras pela perda da antiga colônia e em não permitir a união de qualquer outra colônia com o Brasil", relata o historiador Boris Fausto no livro *História do Brasil*. A medida faz com que o país contraia seu primeiro empréstimo internacional, que financiaria o pagamento da divisa lusa para com os britânicos feita em 1807.

"Isso garantiria para os ingleses o fluxo e entrada de recursos brasileiros a garantir recebimentos devidos pelos lusitanos, criaria uma imagem política positiva da Grã-Bretanha em relação a nossa pátria independente e, além disso, permitiria a entrada de mercadorias e negociantes ingleses no promissor mercado brasileiro e sul-americano", lembra o professor de História João Luis.

Porém, dentro de quatro anos, o Brasil faria um novo empréstimo para quitar os juros não pagos e o Banco do Brasil viria à falência. A dívida da emancipação só seria realmente quitada em 1890 após a Proclamação da República.

TRATADO DO RIO DE JANEIRO

Também conhecido como Tratado Luso-Brasileiro ou Tratado de Paz, Amizade e Aliança, o acordo entre Brasil e Portugal possuía uma cláusula estranha aos olhos de leigos. Ela solicitava que a antiga colônia não se unisse a nenhum território pertencente ao governo português. Ela explica-se pelo fato de, segundo Boris Fausto em sua obra, "interesses brasileiros, ligados ao comércio de escravos, estarem fortemente implantados em algumas regiões da costa da África. Quando chegaram em Angola as notícias da separação, surgiram panfletos impressos no Brasil, convidando Benguela a aderir à 'causa brasileira'. A prevenção portuguesa não era, pois, sem fundamento".
E, após a Independência do Brasil, Portugal passou atuar mais diretamente em suas colônias africanas, processo que somente teve fim definitivo com a Revolução dos Cravos na década de 1970.

> "O que, de certa forma, amainou os ânimos dos portugueses contrários à Independência foram as pressões da Inglaterra em favor da emancipação política brasileira"
>
> João Luis de Almeida Machado, professor de História

Ponto de vista legislativo

Diferente dos Estados Unidos, por exemplo, nós não possuíamos uma Declaração da Independência logo após o Grito. Em território norte-americano, o documento era composto por queixas ao rei inglês. Por aqui, uma Carta Constitucional demorou para nascer – e não derivou de um processo democrático.

Antes da Independência, havia a ideia de promover eleições para uma Assembleia Constituinte que tinha como objetivo redigir as leis do império. A votação ocorreu logo após o dia 7 de setembro, mas os membros só começaram a se

IMAGENS Wikimedia Commons

reunir em maio de 1823. O período de vacância – marcado por alguns conflitos de emancipação – foi crucial para desentendimentos: uma parte dos eleitos se negou a participar, foi exilada ou presa. Mesmo assim, "a maioria dos constituintes adotava uma postura liberal moderada, consistente em defender uma monarquia constitucional que garantisse os direitos individuais e estabelecesse limites ao poder do monarca", escreve Boris Fausto.

Logo, surgiram atritos entre o Imperador e o Legislativo sobre as atribuições de cada poder. A ideia era que Dom Pedro não tivesse autoridade para dissolver a futura Câmara dos Deputados, convocar novas eleições ou vetar leis como bem entendesse. O atrito entre liberais e conservadores, então, faz com que Bonifácio seja pressionado e afastado do ministério.

O "quase fim" dessa história é lembrado pelo episódio da Noite da Agonia, em que Dom Pedro I ordena a invasão do Plenário pelo Exército em novembro de 1823. O Imperador reúne um grupo de pessoas confiáveis para elaborar a Constituição de 1824 e inclui o Poder Moderador, acima de todos os demais. Apesar do caráter autoritário, ainda com uma sociedade escravocrata, a Carta é vista como uma das mais liberais no período por garantir a liberdade de imprensa e de crença religiosa.

FONTES
Artigos *O império da lei: ensaio sobre o cerimonial de sagração de D. Pedro I (1822)*, Eduardo Romero de Oliveira; *D. Pedro I: aclamação, sagração e coroação*, do site MultiRio;
Livro *História do Brasil*, de Boris Fausto.

CONSULTORIA
João Luis de Almeida Machado, professor de História e coordenador do Sistema de Ensino Poliedro

TERRITÓRIO VASTO

Atitudes que garantiram a junção territorial e disseminaram o conceito de nação

TEXTO E ENTREVISTA **Érica Aguiar** *DESIGN* **Rafael Nakaoka**

Para garantir a unificação brasileira, as elites regionais apostaram no imperador como figura capaz de evitar o desmembramento das províncias. Afinal, não queriam vivenciar as mesmas divisões da América Espanhola. No entanto, o professor de História João Luis de Almeida Machado lembra que "foi necessária a intervenção de forças governamentais, apoiadas pela Inglaterra, para manter o domínio central no comando da nação recém-criada". Mas só a violência não seria suficiente, era preciso criar a simbologia nacional e ter uma estrutura política sólida – e Dom Pedro I sabia disso.

Símbolos

Assim, o pintor Jean-Baptiste Debret atendeu o pedido de confeccionar a primeira bandeira do país a partir de alguns palpites de José Bonifácio. Muito semelhante à atual quanto às cores, tinha como objetivo reforçar a ideia de um Brasil independente e soberano. Para completar, Dom Pedro I compôs a melodia do *Hino da Independência*, enquanto a letra foi elaborada pelo poeta Evaristo da Veiga.

Posteriormente, em 1838, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) seria fundado com o objetivo de desenvolver uma simbologia que sustentasse a tese da unificação brasileira. Historiadores, então, criaram uma narrativa sobre o período colonial baseada na grandeza do próprio território – ideia cultivada até hoje quando falamos sobre nossas riquezas naturais. No entanto, o alto escalão do governo sabia que nenhum desses artifícios por si só seria suficiente sem que o poder do imperador fosse exercido de fato.

Assim, em 1823, a Assembleia Constituinte se organizou na tentativa de elaborar uma carta capaz de abranger todas as perspectivas e demandas regionais. A maior parte das províncias enviou representantes, com exceção de Maranhão, Pará, Rio Negro e Cisplatina. Contudo, mesmo após seis meses de discussão, foi dissolvida por Dom Pedro I por não chegar a um consenso e, principalmente, por questionar sua governança.

Organização política

Além da autoridade do Poder Moderador, o texto estabelecia que as províncias seriam administradas por um presidente – escolhido pelo governo central – e por um conselho eleito no próprio local, mas sem qualquer autonomia. Por meio do império centralizado, seria possível determinar rotas de escoamento, criar núcleos de povoamento e garantir a defesa das fronteiras.

No entanto, não evitou conflitos internos. A Confederação do Equador (1824), a Cabanagem (1835), a Sabinada (1837) e a Farroupilha (1835) demandaram esforços e grande gasto de dinheiro público para controlar a situação – que, diga-se de passagem, ocorreu por meio de inúmeras mortes, como a execução de frei Caneca.

À luz dos escritos do jurista Antônio de Sampaio Dória, a doutora em Geografia Adma Hamam de Figueiredo explica, no artigo *Formação territorial*, que, diferente dos Estados Unidos, o Brasil não nasceu com os membros federados como Estados autônomos que abdicaram de sua soberania para compactuar com a ideia de federação. "Ao contrário, o governo central no Brasil preexistia à federação e esta foi por ele, em grande parte, construída dentro de uma tensão constante que contrapunha forças políticas legitimadoras da centralização e da descentralização do poder que remontam ao período colonial", escreve. Isso explica porque a configuração do território manteve, em grande parte, as extensões das capitanias hereditárias, que acabaram por avançar ao interior.

Assim, durante o Império, foi possível controlar os movimentos separatistas, mas o processo de integração nacional entre todos os cantos do país teve mais ênfase, de fato, com o início do Estado Novo (1937) de Getúlio Vargas e os governos seguintes. A partir desse momento, as regiões interioranas passam a ser exaltadas e o dinamismo econômico é reconhecido.

FRONTEIRAS DEFINIDAS

Apesar da existência do Tratado de Tordesilhas, o acordo nunca foi totalmente respeitado, o que permitiu a expansão portuguesa ao oeste. Em 1750, Portugal e Espanha assinam o Tratado de Madrid, realizando um nova divisão territorial. Já nesta época, o Brasil havia dobrado seu espaço original. Posteriormente, entre 1895 e 1904, disputas ocorreram para definir as fronteiras de Santa Catarina, Paraná, Amapá e Roraima. A última área anexada (e comprada!) foi o Acre em 1904.

IMAGENS Wikimedia Commons e GettyPremium.com

CONSULTORIA
João Luis de Almeida Machado, professor de História e coordenador do Sistema de Ensino Poliedro.

FONTES
Artigo *Formação territorial*, de Adma Hamam de Figueiredo;
Material didático *Geografia do Brasil: formação territorial e padrões espaciais*, da Rede São Paulo de Formação Docente.

A IMPERATRIZ SUBESTIMADA

Maria Leopoldina teve uma participação no processo de Independência muito maior do que a retratada nos livros

TEXTO E PESQUISA Ariely Polidoro/Colaboradora
DESIGN Lídia Pardini/Colaboradora

Carolina Josefa Leopoldina de Habsburgo-Lorena ou Maria Leopoldina, como ficou conhecida, foi a primeira imperatriz do Brasil. Casou-se com Dom Pedro I em maio de 1817. Seis meses mais tarde, em 5 de novembro, desembarcou em solo tupiniquim, onde também aconteceram festas celebrando seu casório e sua chegada.

Natural de Viena, Leopoldina era uma arquiduquesa filha do imperador Francisco I da Áustria. Seu casamento, assim como todos os da época, fora arranjado por causa de alianças políticas.

Após a derrota de Napoleão Bonaparte, o Congresso de Viena em 1815 foi realizado com o intuito de redefinir os rumos políticos da Europa. Para os portugueses, a exigência era de que o primogênito do rei Dom João VI – o príncipe Pedro – arrumasse uma esposa.

Participação minimizada

Em 1820, a Revolução Liberal do Porto – levante da população portuguesa que exigia, além da volta da Família Real, a assinatura do rei na Constituição Liberal para restringir seus poderes – começa a ganhar forma. Isso obriga Dom João VI a partir para Portugal um ano depois e Dom Pedro permane-

ce no governo do reino brasileiro. Posteriormente, ele estabeleceria o "Dia do Fico", data marcada pela sua decisão de continuar no país.

A Assembleia Constituinte que se instaura em Portugal, chamada também de Cortes Portuguesas, derruba o absolutismo português e exige que o Brasil volte a ser uma colônia, mas fragmentada em províncias. Com isso, a população de São Paulo e Minas Gerais se divide entre aqueles que querem obedecer as ordens de Lisboa e aqueles que preferem a governança centralizada no príncipe regente.

Em agosto de 1822, Pedro embarca para uma viagem à província paulista no intuito de apaziguar os ânimos, deixando Maria Leopoldina em seu lugar. Apesar do curto tempo, ela é a primeira mulher a governar o país.

Em 2 de setembro, a futura imperatriz convoca uma sessão extraordinária no Conselho de Estado e decide pela independência brasileira. Com o apoio de José Bonifácio e outros ministros, Leopoldina assina o decreto que separa Brasil de Portugal.

Entretanto, o que se conhece na história é que este processo foi executada por uma maneira masculina, teoria que vários estudos de historiógrafos vêm desmentindo.

A atuação de Leopoldina ficou restrita à sombra do suposto grito de Dom Pedro I às margens do Rio Ipiranga. Na verdade, foi ela quem realmente teve o ímpeto de ponderar o caos político que se instauraria no Brasil, se o casal real voltasse para terras lusitanas.

Assim que sentenciou a independência brasileira, a então regente mandou que o recado fosse dado a seu marido, que teve conhecimento apenas cinco dias depois.

Jogada à melancolia

Apesar de ter tido participação crucial no processo de independência, Maria Leopoldina é lembrada somente como a esposa melancólica e submissa de Dom Pedro. Suas cartas, endereçadas à família na Áustria, revelam uma Imperatriz triste e conformada com as infidelidades e excessos do marido. Em entrevista à *BBC*, a professora Maria Celi Chaves Vasconcelos, do Programa de Pós-Graduação em Educação da UERJ e especialista em educação de mulheres nobres, afirmou que parte deste comportamento de Leopoldina é em decorrência de sua criação: solene, religiosa e com traços conservadores de etiqueta e sofisticação.

Além disso, a Imperatriz incentivou a produção científica no país. Quando chegou à terra brasilis, ela também trouxe alguns pesquisadores austríacos para estudarem os minérios, animais e a natureza do novo território. Também ficou conhecida como uma figura amada por seu povo, já que se dedicou a ajudar os pobres e necessitados.

IMAGEM Wikimedia Commons e Getty Images

AS PERSONALIDADES DA INDEPENDÊNCIA

Conheça alguns personagens que foram importantes no processo de autonomia brasileira

TEXTO E PESQUISA Ariely Polidoro/Colaboradora *DESIGN* Lídia Pardini/Colaboradora

O conhecimento comum nos coloca que o processo de Independência se deu apenas quando Dom Pedro I bradou seu famoso grito às margens do rio Ipiranga: "Independência ou morte!". Isso ele realmente fez, mas não sozinho. Cinco dias antes, em 2 de setembro de 1822, Maria Leopoldina — esposa de Pedro — convocou uma sessão extraordinária no Conselho de Estado e, apoiada pelos demais presentes, assinou o documento que aconselhava o príncipe regente a decretar o Brasil um território independente. A decisão da mulher só chegaria aos ouvidos do marido em 7 de setembro e, a partir daí, já sabemos o que aconteceu.

Confira, a seguir, outros nomes que foram importantes durante todo o curso de emancipação do Brasil.

José Bonifácio

José Bonifácio de Andrada e Silva foi uns dos nomes mais conhecidos da história brasileira. Ele é considerado por muitos historiadores como o "pai da pátria".

Sua jornada começa quando decide partir para Portugal estudar direito e filosofia natural na Universidade de Coimbra. Ganha prestígio no meio acadêmico, principalmente devido aos seus estudos em mineralogia. Na época das invasões napoleônicas, Bonifácio decidiu permanecer em território lusitano e defendê-lo.

Chegou ao Brasil em 1819, e se envolveu com as ideias de independência brasileira; posteriormente, Dom Pedro I o chamaria para fazer parte de sua equipe de ministros.

Juntamente com Leopoldina, fez parte do processo emancipatório. Foi um dos que apoiou o decreto que sugeria a Pedro fazer as terras tupiniquins independentes.

Depois da dissolução da Assembleia Constituinte por parte do Imperador em 1823, José Bonifácio e seus irmãos – Martim e Antônio Carlos – foram exilados na França, voltando apenas em 1828.

Neste contexto, Dom Pedro I o entregou a tutela de seu filho antes de abdicar do trono brasileiro e voltar para terras portuguesas. José Bonifácio defendia, dentre outras ideias, a reforma agrária, a criação de escolas públicas e a abolição da escravatura e do tráfico negreiro.

Thomas Cochrane

Escocês e conhecido como "lobo do mar", Thomas Cochrane foi um oficial e navegador conhecido por ter feito parte de diversas armadas e combates. Seu prestígio começa quando consegue derrubar alguns navios de Napoleão Bonaparte.

Após algumas acusações de fraude, Cochrane foi expulso da marinha inglesa e, em 1818, partiu para a marinha chilena; em 1820, teve participação na libertação do Peru. Em 1823, contratado pelo marquês de Barbacena, ingressou no Brasil após desentendimentos com os peruanos.

Depois do 7 de setembro, organizou a Armada Imperial Brasileira que entraria em conflito com Portugal. Obteve êxito, capturando 16 das 17 embarcações lusitanas. Para isso, recrutou brasileiros e mercenários ingleses e americanos. Também dissolveu o poder português nas províncias do Maranhão e Pará, além de participar da Confederação do Equador. Mas, não poupou os maranhenses. Saqueou o tesouro de São Luís do Maranhão.

Maria Felipa

Uma das grandes responsáveis pela independência baiana. Negra, humilde e pobre, ao mesmo tempo, corajosa e determinada, Maria Felipa foi umas das principais líderes em levantes contra tropas portuguesas.

Na Ilha de Itaparica, seu lugar de nascença, percebeu as movimentações e resolveu vigiar as embarcações que entravam e saiam. Assim, descobriu que 42 caravelas estavam por vir. Juntou mais de 40 mulheres que planejaram seduzir os portugueses para, dessa maneira, atacá-los. O plano deu certo, pois Maria Felipa e as demais conseguiram incendiar todas as embarcações atracadas, enfraquecendo o lado português.

Joana Angélica

Apesar de ter ocorrido meses antes do grito do Ipiranga, o episódio do qual Joana Angélica fez parte ajudou a moldar os rumos que a província da Bahia haveria de tomar. Na ocasião, o Dia do Fico fez com que o povo baiano começasse a se mobilizar contra a Coroa Portuguesa e o crescente abuso por parte de soldados lusitanos.

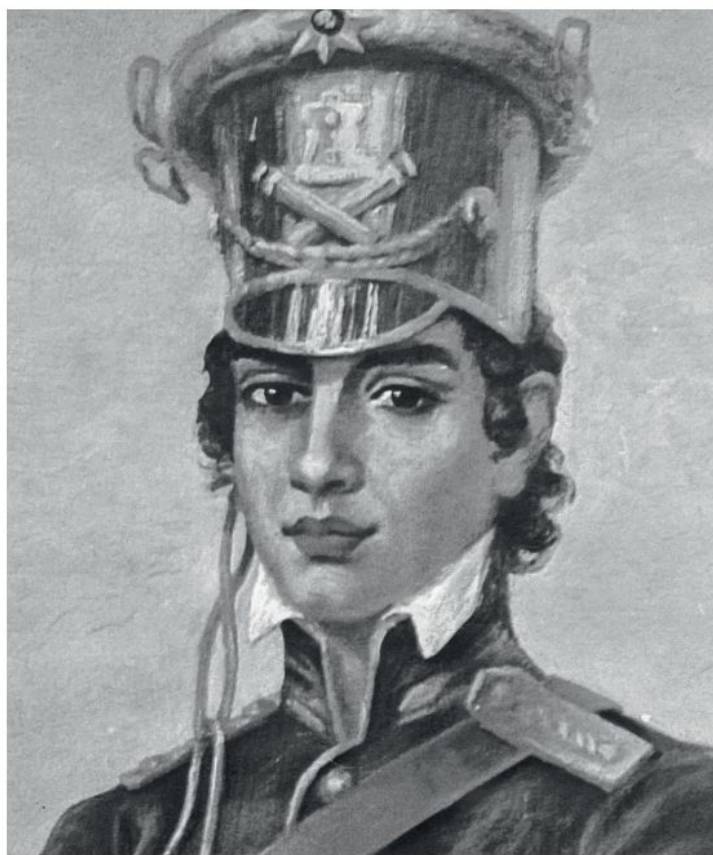
Em certo momento, esses portugueses resolveram invadir o Convento da Lapa, que estava no comando da então abadessa Joana Angélica. Percebendo o perigo, fez com que as demais freiras fugissem pelos fundos. Então, abriu as portas do local e se postou à frente das tropas, exclamando que só entrariam ali sob seu cadáver.

Os homens a mataram violentamente e, quando chegaram no interior do convento, não encontraram ninguém. Por este ato heróico, a abadessa ficou conhecida como a mártir da independência da Bahia.

Frei Caneca

Joaquim do Amor Divino Rabelo, popularmente conhecido como Frei Caneca, foi umas das figuras revolucionárias de maior importância durante o Primeiro Império Brasileiro. Suas idéias o levaram a liderar e combater na Revolução Pernambucana – movimento separatista e republicano contra a Coroa Portuguesa, que se intensificou após o aumento da taxa de impostos na capitania – ainda no período colonial.

O levante pernambucano foi contido e Frei Caneca preso. Após sair, começou a dar aulas até se envolver com outro movimento: a Confederação do Equador. Este, por sua vez, foi organizado em decorrência da insatisfação com o governo de Dom Pedro I, como a forte centralização política no Imperador, as influências portuguesas mesmo após a independência, a escolha de outro governador de Pernambuco contra a vontade popular e a imposição de uma constituição conservadora.

O fracasso para obter sucesso de outras províncias e países fez com que as tropas legalistas conseguissem sufocar a Confederação com facilidade. Em 29 de novembro de 1824, Frei Caneca e sua tropa são encurralados e capturados. Ele foi condenado à forca, mas na hora de sua labuta, surgiu um impasse: ninguém queria ser seu carrasco. Assim, em 13 de janeiro de 1825, foi decidido que o religioso morresse fuzilado.

Maria Quitéria

Baiana de nascença e com habilidades para o combate desde muito cedo, Maria Quitéria de Jesus Medeiros é uma das figuras mais icônicas da história brasileira – embora injustiçadamente jogada aos rodapés dos livros.

Com 30 anos e escondida de seu pai, entrou para o exército. Então, se disfarçou de homem e provou que tinha exímias habilidades para combater. Sua participação nas tropas brasileiras inspirou outras mulheres a também ingressarem ao exército. Com isso, comandou o primeiro destacamento feminino.

Após a Independência, em várias províncias os portugueses contrários a Dom Pedro I criaram conclaves de resistência. Então, este mandou o general Pierre Labatut organizar tropas contra os resistentes — tendo sucesso, posteriormente. No meio delas estava Maria Quitéria. A mulher se mostra tão talentosa para o feitio militar que recebe a Ordem Imperial Cruzeiro do Sul. Dentre as batalhas em que participou estão a de Ilha de Maré, de Pituba, de Itapuã e do Rio Paraguaçu. Hoje, ela é a patrona do Quadro Complementar de Oficiais do exército.

Bárbara de Alencar

Fazendeira, mãe do revolucionário José Martiniano e avó do escritor José de Alencar, Dona Bárbara do Crato – como era conhecida – participou da Revolução Pernambucana e da Confederação do Equador.

Ela é considerada a primeira presa política do Brasil, já que, em 1817, ficou em uma prisão no Forte de Nossa Senhora de Assunção.

Nascida em Pernambuco, Dona Bárbara estabeleceu residência em Crato, na região do Cariri, Ceará. Lá, sediou em sua casa encontros para difusão dos princípios liberais e republicanos. Entretanto, dominado por senhores e fazendeiros monarquistas, a mulher foi perseguida e detida. Após três anos de cárcere, Bárbara de Alencar não desistiu de seu ideário revolucionário: se envolveu na Confederação do Equador em 1824.

Diogo Antônio Feijó

Conhecido como Regente Feijó e Padre Feijó, desde muito cedo, fomentava convicções à frente do seu tempo. Ele se posicionava a favor do fim do tráfico negreiro e do celibato para os padres. Eleito deputado nas Cortes Portuguesas, defendia publicamente a Independência das Brasil, mas em decorrência de ameaças, exilou-se na Inglaterra.

Voltou ao Brasil quando o país já era independente. Percebendo a movimentação do Imperador para transformar o país em uma monarquia absolutista através da constituição conservadora de 1824, organizou um movimento contra a imposição imperial.

Sua moção gerou uma crise política que se estenderia até 1831, quando Dom Pedro I abdicou do trono. Como naquele momento, Pedro II tinha apenas cinco anos, as terras brasileiras seriam governadas por regentes. Feijó governou em 1835, criando o Partido Progressista. Também lidou com revoltas como a Cabanagem, dos Malês e a Farroupilha.

IMAGENS **Wikimedia Commons e Getty Images**

MAÇONARIA À BRASILEIRA

Com as raízes fincadas em solo tupiniquim, a Maçonaria teve papel decisivo no processo de independência do país

TEXTO E PESQUISA **Bruno Ribeiro** *DESIGN* **Rafael Nakaoka**

Há quem diga que o maior segredo da Maçonaria é, justamente, não ter segredo algum. Mas, convenhamos: mesmo com mistérios atados pelos juramentos impostos aos maçons, é impossível ignorar as teorias que envolvem práticas ocultas, favorecimentos e jogos de interesses. Verdades ou lendas, a complexidade por trás da sociedade secreta foi capaz não somente de consolidá-la ao redor do mundo, mas também de exercer influência nos campos político, social e religioso – no Brasil, a história não foi diferente.

Ainda sob jugo lusitano, a fraternidade alcançou terras tupiniquins nos idos finais do século XVIII, integrando-se à efervescência intelectual de grupos essencialmente aristocráticos de uma região vasta e tipicamente colonial. Em meio ao Ciclo do Ouro na região das Minas Gerais, surgia um círculo social que não possuíam os mesmos vínculos com a terra como os senhores de engenho.

Simultaneamente, nasciam comércios, teatros e toda uma relação de maior proximidade com questões culturais que praticamente inexistiram no Brasil antes deste período. Porém, a organização em lojas regulares – e a consequente atuação em episódios históricos como a independência – só se daria no raiar do século XIX.

Organização

A loja maçônica Reunião é considerada a primeira no Brasil, criada em 1801, no Rio de Janeiro. É importante ressaltar que, bem como a Inconfidência Mineira, outros movimentos de contestação à dominação portuguesa e à estrutura política, social e administrativa da colônia baseadas ainda no Antigo Regime também estão de algum modo ligados à Maçonaria e seus membros. Os irmãos, como se chamam entre si, estiveram presentes em eventos importantes tais quais a Conjuração Baiana (1798-1799), a Revolução Pernambucana (1817), a Confederação do Equador (1824) e a Revolução Farroupilha (1835-1845).

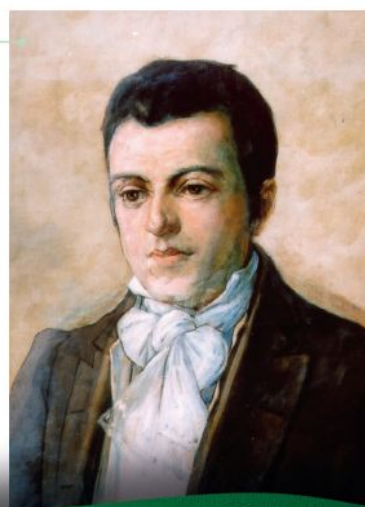
Do ponto de vista organizacional, não existiam ainda partidos políticos, mas facções ou tendências. O "partido brasileiro" ou dos "patriotas", por exemplo, era infiltrado pela Maçonaria. No clima das Luzes, a Razão "iluminaria" as sombras criadas pelo absolutismo e, nesse sentido, era instrumento útil no processo de libertação colonial.

Não por acaso, os autores Adriana Lopez e Carlos Guilherme Mota contam no livro *História do Brasil: Uma Interpretação* que "Francisco de Miranda, considerado o precursor da independência da América Latina, e o capixaba Domingos José Martins, líder da insurreição nordestina de 1817, encontraram-se em Londres para conspirar com o militar português Gomes Freire de Andrade, líder do levante em Portugal".

Já no ano seguinte, a partir de 1818, que a fraternidade agiu concretamente no sentido de organizar os "patriotas" – quase sempre em caráter reservado, é claro, pois a organização de uma instituição paraestatal configurava subversão. Mas, vale lembrar: o destino de quem o tentasse poderia ser o mesmo de Tiradentes.

Dilema

A situação de Dom Pedro era complexa: externamente, o príncipe regente era visto como um insubordinado em relação às cortes de Lisboa. E, no Brasil, um repressor, pois não poderia deixar espaço aos republicanos, nem às teses de monarquias demasiado reformistas, como as do próprio José Bonifácio. Foi aí que a loja d'*O Grande Oriente Brasileiro* – situada na antiga Rua do Conde e pautada no modelo francês "moderno", com seus ritos, uniformes e símbolos – teve papel importante na articulação das províncias a favor da independência e da constituição de um novo império.

Com Bonifácio como Grão-Mestre, Gonçalves Ledo como 1º Vigilante e Padre Januário Barbosa como Grande Orador, os debates sobre a independência aconteciam aos montes. E, com a inegável aproximação entre eles e Dom Pedro, sobretudo

José Bonifácio, foi inevitável que o futuro imperador – um jovem inexperiente de 24 anos, em posse do trono, cercado de pensadores influentes – saísse de cima do muro.

Ao tornar-se um "irmão", o príncipe regente adotou o nome *Guatizomim*, em referência ao último imperador asteca, por sugestão do próprio José Bonifácio. Naquele mesmo ano, em 1822, o herdeiro foi elevado a Mestre em agosto e, meses depois, tornou-se Grão-Mestre com propósitos puramente políticos – fato que explica (e muito!) sua decisão posterior de romper em definitivo os laços com Portugal.

Futuro republicano

Apesar da relevância obtida durante o processo de Independência, em 1822, a Maçonaria em breve iria mergulhar em um período de obscuridade no Brasil. D. Pedro I, que logo atingiria o posto mais alto da fraternidade, acabou proibindo e banindo as suas práticas do Império. Seu retorno seria gradual, partindo da clandestinidade a partir do Período Regencial (1831 - 1840) e chegando ao seu apogeu durante o reinado de Dom Pedro II.

Seu crescimento e difusão seriam marcados também por uma grande divisão entre lojas, ritos e ideais, o que proporcionou uma dinâmica intensa e estreita com as demandas da sociedade do Brasil Império. Seria um erro afirmar que a Maçonaria enquanto instituição adotou um posicionamento oficialista a favor de um movimento republicano no Brasil. Como dito, a fraternidade divergia entre lojas e grandes orientes, que abrigavam desde liberais e abolicionistas, até os mais conservadores monarquistas e escravistas. Desta forma, é muito mais relevante demonstrar a preponderância da Maçonaria enquanto difusora de propostas que inspiraram importantes membros a apoiarem movimentos determinantes não só para o fortalecimento do republicanismo no Brasil, mas para a própria queda da monarquia e o fim do Segundo Reinado, já sob a égide de Dom Pedro II, no ano de 1889.

No âmbito da história do Brasil, é muito recorrente ilustrarmos o fim do governo de D. Pedro II a partir de três questões: a escravista, a religiosa e a militar – todas pilares que, ao ruírem, levaram consigo a monarquia –, além do movimento republicano. É interessante notarmos que a presença e a atividade maçônica, ainda que não hegemônica ou central, esteve presente em todos estes âmbitos.

FONTES
Artigo *A Maçonaria e a independência do Brasil*, de Márcio Maciel Bandeira;
Livro *História do Brasil: Uma Interpretação*, de Adriana Lopez e Carlos Guilherme Mota

Chamado de *El Precursor*, Francisco de Miranda foi decisivo na independência da América Espanhola. Na Inglaterra, criou a sociedade secreta Grande Reunião Americana.

ORDINÁRIO

Todos os anos, milhares de pessoas se reúnem em ruas, avenidas e sambódromos na maioria dos municípios do Brasil para celebrar a independência do país. De maneira relativamente informal e espontânea, as comemorações do 7 de setembro aconteciam desde a proclamação da República, em 1889. Afinal, segundo Jaime de Almeida, professor de História da Universidade de Brasília (UnB), em entrevista ao portal oficial do governo, as paradas militares são uma tradição comum em sociedades com influência europeia, para enfatizar a ordem e a organização estatal.

"Antes da independência, já havia as datas da monarquia portuguesa – mesmo que não fosse uma rotina para cada ano, havia as comemorações relacionadas ao monarca. Nas monarquias do antigo regime eram mais comuns as festas de posse do soberano, de aniversário, datas dinásticas", exemplifica o professor.

Talvez seja por isso que as comemorações de datas nacionais, segundo conceito esclarecidos pela cientista social Lúcia Lippi Oliveira, normalmente são orientadas para destacar alguns elementos que respeitam determinadas trajetórias, como a organização de eventos cívicos, campanhas de esclarecimento patriótico, organização de comissões executivas nacionais, montagem de exposição, inauguração de monumentos, medalhas, bandeiras e hinos, dentre inúmeras outras atividades.

Entretanto...

O 7 de setembro só foi tornado feriado Nacional através da Lei 662, de 6 de abril de 1949, quando o Presidente do Brasil era o General Eurico Gaspar Dutra. E, com a chegada da ditadura militar por aqui, instaurada no período entre 1964 e 1985, os símbolos nacionais foram exaustivamente usados para exaltar não somente a pátria, mas também o próprio regime. Não à toa, Cláudio

FONTE
Site http://www.brasil.gov.br/

CONSULTORIA
Cláudio Bertoli, antropólogo e livre-docente da Universidade Estadual Paulista (Unesp)

), MARCHE!

Embora sem tanto apelo como em outros tempos, o nacionalismo e a cidadania são os pilares das comemorações pela Independência ao redor do país

TEXTO E PESQUISA Bruno Ribeiro
DESIGN Ana Paula Maldonado

IMAGEM Buda Mendes/Getty Images

Bertolli, antropólogo e professor da Unesp, acredita que os desfiles ainda não se livraram dos estigmas de "enfadonho" e "irritante".

"Uma geração, a qual eu pertenço, foi obrigada a participar desses desfiles nas escolas. Havia punição para quem não seguisse a regra, inclusive com suspensão. O objetivo era apenas o de impor a sensação de ordem, de uma harmonia que não existia. Algo que até então era positivo foi ressignificado. Tanto é que esses desfiles tornaram-se bem menos concorridos", analisa o professor.

A "herança", segundo Bertolli, ainda não se dissipou porque as próprias Forças Armadas também não conseguiram se reposicionar frente à sociedade mesmo 30 anos depois do fim do regime. "O máximo que percebemos é a participação nos desfiles de instituições que estão vinculadas ou são dependentes de verbas do Estado. Não há espontaneidade da sociedade", conclui o antropólogo.

Ao longo dos anos, o principal desfile ocorria no Rio de Janeiro, então capital do país. Depois da fundação de Brasília, passou pelo Eixo Rodoviário e pelo Setor Militar Urbano (SMU), até que, no ano de 2004, o então presidente Lula seguiu a indicação do marqueteiro Duda Mendonça e tentou transformar o 7 de setembro em uma grande festa popular. O desfile foi feito na Esplanada dos Ministérios, em Brasília, e contou com shows de artistas populares. Porém, não empolgou muito, e já no ano seguinte, seu tamanho era bem menor, sem shows e sem festa.

SIGNIFICADO

O que a palavra "cívico" significa? Neste caso, a expressão não se refere necessariamente à população em geral, mas principalmente aos funcionários públicos e aos estudantes, que começaram a ser obrigados a comparecer às comemorações desde o primeiro governo de Getúlio Vargas, quando os ideais nacionalistas estavam exacerbados em todo o mundo. Vale lembrar que Vargas também agregou algumas agremiações e sindicatos aos desfiles.

A seguir, um compilado de sugestões para ampliar seu conhecimento sobre o Brasil independente

TEXTO E PESQUISA Ariely Polidoro/Colaboradora
DESIGN Ana Paula Maldonado

Livros

A Independência do Brasil e a Experiência Hispano-Americana (1808-1822)
João Paulo Garrido Pimenta
Editora Hucitec • 2015

Nesta obra, o professor João Paulo Pimenta, livre-docente da Universidade de São Paulo (USP), analisa o processo de independência brasileira e o relaciona com o resto da América. Ele também vai falar da ideia de integração e como os processos políticos nas colônias espanholas exerceram influência em terras brasileiras.

1808 - Como Uma Rainha Louca, Um Príncipe Medroso e Uma Corte Corrupta Enganaram Napoleão e Mudaram a História de Portugal e do Brasil
Laurentino Gomes
Editora Globo Livros • 2007

Lançado na Bienal do Rio de Janeiro pelo escritor e jornalista paranaense Laurentino Gomes, 1808 vai contar sobre os rumos da história do Brasil após a saída da família real portuguesa de sua terra natal, por causa de Napoleão Bonaparte.
Além da decisão de partida, o rei retirou a terra brasileira da condição de colônia e a elevou a reino, criando o Reino de Portugal, Brasil e Algarves. Criava-se assim as condições perfeitas para a independência tupiniquim.

1822 - Como um homem sábio, uma princesa triste e um escocês louco por dinheiro ajudaram Dom Pedro a criar o Brasil - um país que tinha tudo para dar errado
Laurentino Gomes
Editora Globo Livros • 2010

Segundo volume da trilogia histórica de Laurentino Gomes, o autor traz um panorama sobre os eventos que sucederam a transferência da corte portuguesa para o Brasil e como isso desencadeou a independência do Brasil. Além disso, Gomes vai fazer uma análise sobre os desafios de Dom Pedro I para governar o país mesmo com a seca dos cofres públicos, gerada pelas viagens de seu pai, as revoltas internas que se espalharam e a desigualdade social.

D. Pedro - A História não Contada
Paulo Rezzutti
Editora Leya • 2015

Lançada pelo pesquisador, membro titular do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, Paulo Rezzutti, essa biografia do primeiro Imperador do Brasil vai dimensionar suas múltiplas facetas e mostrar além do homem difícil de lidar com a vida sexual agitada que se é conhecido.

A Carne e o Sangue - a Imperatriz D. Leopoldina, D. Pedro I e Domitila, a Marquesa de Santos
Mary Del Priore
Editora Rocco • 2012

Nesta obra, o foco da narrativa é o triângulo amoroso entre Dom Pedro I, sua esposa Maria Leopoldina e sua amante Domitila de Castro, intitulada pelo próprio imperador como Marquesa de Santos. Na época, toda a sociedade conhecia a relação de Pedro com a Domitila, que chegou a engravidar dele. A historiadora Mary Del Priore vai explanar essa relação através da dualidade de personalidade dessas mulheres: em um extremo a lealdade, delicadeza e pureza da imperatriz; no outro, a força, sensualidade e independência da marquesa.

José Bonifácio
Miriam Dolhnikoff
Companhia das Letras • 2012

Biografia de José Bonifácio, membro de instituições e conselhos políticos, além de ter sido primeiro-ministro de D Pedro I. Renomado pelo seu conhecimento em Filosofia, passou maior parte de sua vida estudando na Europa. Também foi um dos responsáveis por idealizar e escrever parte da Constituição Imperial.

D. Leopoldina - A História não Contada. A Mulher que Arquitetou a Independência do Brasil
Paulo Rezzutti
Editora Leya • 2017

Continuação da história não contada sobre as principais figuras do primeiro reinado, Paulo Rezzutti agora foca em D. Leopoldina. Muito além da mulher frágil e benevolente, a Imperatriz deixou um legado de caridade, além de ter sido uma das personalidades que ajudaram a conduzir o processo de independência brasileira.

Domitila: a verdadeira história da Marquesa de Santos
Paulo Rezzutti
Editora Geração • 2013

A outra ponta que fecha o triângulo amoroso envolvendo o casal real, a história de Domitila de Castro, popularmente conhecida como Marquesa de Santos é permeada de aventuras sexuais e devassidão. Mas, sua vida era mais do que este aspecto e é nele que Paulo Rezzutti vai se debruçar. Além de falar sobre seu filho com o Imperador do Brasil, o autor também cita histórias sobre os fantasmas do Solar da Marquesa.

Filmes

Independência ou Morte
Carlos Coimbra • 1972

Filme protagonizado por Tarcísio Meira, vai contar a trajetória de Pedro, desde sua infância em solo europeu, passando por sua vinda ao Brasil, até o momento em que se torna Imperador. A película também exemplifica como sua relação com a Marquesa de Santos gera desgaste político e inflama seus opositores.

Mauá, o Imperador e o Rei
Sérgio Resende • 1999

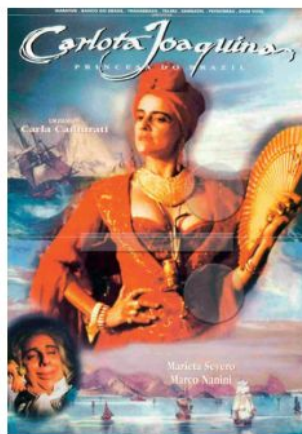
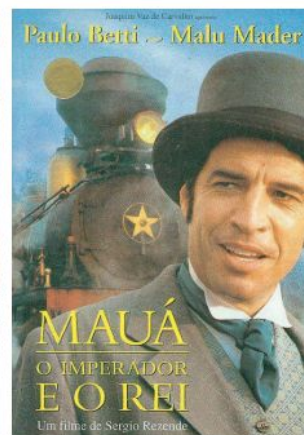
A película vai contar a trajetória de Irineu Evangelista de Souza, o Barão de Mauá, no momento em que seu pai morre e ele sai de casa, durante a infância, até seu deslumbramento com as inovações tecnológicas da Inglaterra. Ele foi um ícone histórico, responsável por fortalecer a indústria brasileira, tudo num contexto do reinado de D Pedro I e, posteriormente, Dom Pedro II.

Carlota Joaquina, princesa do Brasil
Carla Camuratil • 1995

A obra, de tom satírico, vai retratar a história de Carlota Joaquina, esposa de Dom João VI. Ele vai conciliar o momento em que o casal precisa sair de Portugal após a invasão das tropas napoleônicas e sua chegada ao Brasil, elevando-o a reino unificado.

Minissérie

A Casa das Sete Mulheres
Maria Adelaide Amaral e Walther Negrão • 2003

Minissérie produzida pela Rede Globo, tem como pano de fundo a Revolução Farroupilha – movimento de cunho separatista e republicano, contra o governo e ideais imperiais –, ocorrida em 1835. Nesse cenário, vão se desenrolar a vida das sete mulheres da casa de Bento Gonçalves, líder dos Farrapos.

IMAGENS Reprodução

Ano 1, Nº 2

Editora-chefe Viviane Campos **Editora** Carolina Firmino **Redação** Bruno Ribeiro e Érica Aguiar **Design** Zu Fernandes (Editora-chefe), Ana Paula Maldonado e Rafael Nakaoka **Estagiários** Ariely Polidoro, Douglas Françoza, Guilherme Mantovani, Luis Felipe Silva e Vinícius Gálico (redação); Lídia Pardini (design) **Tratamento de imagem** Edson Iukawa (Editor especial) **Grupo Editorial** Raquel Luciano (Editora-chefe), Fernanda Villas Bôas (Assistente editorial), Otávio Mattiazzo Neto (Criação e desenvolvimento de produto), Lissandra Mahnis (Circulação) **Impressão** GRAFILAR Gráfica **Distribuição** Total Express Publicações

PRESIDENTE João Carlos de Almeida **DIRETOR EXECUTIVO** Pedro José Chiquito **DIRETOR COMERCIAL** Silvino Brasolotto Junior **DIRETOR DE REDAÇÃO** Sandro Paveloski **EDITORIAL Gerente** Mara De Santi **PUBLICIDADE Gerente** Samantha Pestana **E-mail** publicidade@astral.com.br **MARKETING Gerente** Flaviana Castro **E-mail** marketing@astral.com.br **SERVIÇOS GRÁFICOS Gerente** José Antonio Rodrigues **ADMINISTRATIVO/FINANCEIRO Gerente** Jason Pereira **ENDEREÇOS BAURU** Rua Gustavo Maciel, 19-26, CEP 17012-110, Bauru, SP. Caixa Postal 471, CEP 17015-970, Bauru, SP. Fone (14) 3235-3878, Fax (14) 3235-3879 **SÃO PAULO** Rua Tenerife, Nº 31, Conj. 21 e 22, Bloco A, CEP 04548-904, Vila Olímpia, São Paulo, SP, Fone/Fax (11) 3048-2900 **ATENDIMENTO AO LEITOR** ✆ **(14) 3235-3885** De segunda a sexta, das 8h às 18h **E-mail** atendimento@astral.com.br **Caixa Postal** 471, CEP 17015-970, Bauru, SP **LOJA** www.astralshopping.com.br **E-mail** contato@astralshopping.com.br **ANUNCIE E-mail** publicidade@astral.com.br **Fone** (11) 3048-2900